



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

DIVULGAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

1º TRIMESTRE DE 2023

2023

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
1º Trimestre de 2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

REITOR:

[Aécio José Araújo Passos Duarte](#)

PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO:

[Leonardo Carneiro Lapa](#)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO:

[Diogo Soares de Melo Magalhães](#)

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

[José Virolli Chaves](#)

COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE:

[Eron Paz Rosado](#)

EQUIPE TÉCNICA:

[Maria Pedrina Silveira de Oliveira](#)

[Moises Silva de Souza Filho](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão pública, gratuita e socialmente referenciada, localizada em 19 Territórios de Identidade no Estado da Bahia, sob o modelo de multicampia. Desse modo, o IF Baiano busca executar ações de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional que valorizam os contextos produtivos culturais, econômicos e sociais locais, difundindo a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), ao colaborar com o fortalecimento e o desenvolvimento regional no qual está inserido. O IF Baiano tem sua origem a partir das escolas agrícolas que têm sua presença na Bahia desde 1877. Trata-se de uma instituição que é considerada na rede EPCT eminentemente agrícola (RESENDE, S/D).

Vinculado à História da Educação Profissional brasileira e às mudanças sociopolíticas do país, o IF Baiano, há mais de dez anos, faz parte do movimento de interiorização e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pública, gratuita e de qualidade realizado em todo o país, cuja trajetória conta com mais de 100 anos, iniciada com as 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada estado da federação que existia em 1909, destinadas ao ensino primário gratuito.

Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais e, em seguida, em Escolas Industriais. Alinhadas à expansão industrial da época, as Escolas Industriais focaram no ensino profissional em todo o Brasil. Em 1959, as Escolas Industriais ganharam autonomia e se tornaram Escolas Técnicas Federais, cujo objetivo era a iniciação técnica, com formação de excelência reconhecida por todo o país.

A partir da Lei nº 11.892/2008, tais instituições passaram a ter um perfil institucional mais amplo e objetivos maiores, e foram denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir de então, as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim passaram a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

À época, a adesão ao novo projeto significou herdar o conhecimento agrário e a infraestrutura do campo na perspectiva de ampliar os horizontes pedagógicos e administrativos: oferta de mais cursos de diferentes áreas, contratação de pessoal, viabilização de realização de pesquisas e de projetos extensionistas.

Passados cinco anos, o Decreto nº 7.952/2013 promoveu uma alteração na Lei nº 11.812/2008 e regulamentou que as Escolas Médias de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC) fossem vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Na Bahia, as unidades Itapetinga, Uruçuca, Teixeira de Freitas e Valença passaram para o quadro do IF Baiano.

Além da junção dessas oito escolas, o Instituto se expandiu para outras regiões baianas com campi em Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira Itaberaba, Serrinha e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Xique-Xique, o Centro de Referência, em Salvador, e os polos de Educação a Distância (EaD) por meio de realização de parcerias com prefeituras.

Ainda, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano – é uma autarquia do Poder Executivo, de administração indireta vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criado nos termos da Lei n.º11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IF Baiano é originário da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, dos municípios de Catu, Guanambi, Senhor do Bonfim e Santa Inês e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac – EMARC, dos municípios de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença.

A partir do projeto de expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os Campi de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique foram implantados, fazendo com que a nossa instituição tenha 14 unidades de ensino que alcançam 19 territórios de identidade do Estado.

Até 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano tinha uma unidade de administração central, a Reitoria, e 10 (dez) campi em pleno funcionamento, ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades. Em 2015, somou-se às outras dez unidades o campus Serrinha e, em 2016 os campi Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique completaram essa etapa de expansão. Assim, o IF Baiano é uma rede composta por 14 (quatorze) campi e pela Reitoria, conforme quadro seguinte:

Órgão 26404-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano:

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada Órgão 26404	
Código SIAFI	Nome
151889	CAMPUS BOM JESUS DA LAPA
154579	CAMPUS VALENÇA
154580	CAMPUS ITAPETINGA
154581	CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS
154617	CAMPUS URUCUCA
154618	CAMPUS GOV. MANGABEIRA
155821	CAMPUS SERRINHA
155884	CAMPUS ITABERABA
155885	CAMPUS XIQUE-XIQUE
155891	CAMPUS ALAGOINHAS
158129	REITORIA
158277	CAMPUS SANTA INES
158435	CAMPUS SENHOR DO BONFIM
158442	CAMPUS GUANAMBI
158443	CAMPUS CATU



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

O(A) Reitor(a) é eleito(a) para um mandato de quatro anos e realiza a gestão acadêmica e administrativa com a colaboração de dois órgãos colegiados – o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes.

Como órgão executivo, responsável pela condução dos processos de gestão administrativa e acadêmica, a Reitoria possui cinco pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN) e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). A Reitoria dispõe de 02 (duas) diretorias sistêmicas: a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) e Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), além de Órgãos de assessoramento.

Os campi possuem uma Diretoria Acadêmica e uma Diretoria Administrativa, que, por sua vez, desdobram-se em coordenações, em setores, em secretarias, em núcleos e em demais estruturas organizacionais de nível operacional que executam as atividades finalísticas e de suporte.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Órgão IF Baiano, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000.

As DCON abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sistema responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da União. As DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras (UG) subordinada ao Órgão.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômica, financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O uso do conceito de Conta Única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e aqueles destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na consolidação das Demonstrações Contábeis do IF Baiano, são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as UGs que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), visto que essas formam o ente econômico Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP.

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

3 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA, que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da Seguridade Social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IF Baiano, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP:

(a) Moeda Funcional e saldos em moedas estrangeiras. A moeda funcional da União é o Real, sendo utilizado a mesma moeda pelo Órgão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa. Incluem dinheiro em caixa, Conta Única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

(c) Créditos a Curto Prazo. Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo. São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques. Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o PEPS (Primeiro que Entra Primeiro que Sai). Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo. Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e das correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção refere-se aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo PEPS.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado. O imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

(h) Intangível. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Diferido Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo foi amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e bens móveis. A base de cálculo para a depreciação, para a amortização e para a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os Bens Móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(l) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet. O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos Bens Imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos Circulantes e Não Circulantes. As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no Passivo Não Circulante), os Passivos Circulante e Não Circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores. Ressalta-se a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do Órgão, sem transitar pelas contas de resultado, por se referirem a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

(o) Restos a Pagar. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, realizadas a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (que tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das Demonstrações Contábeis.

(p) Provisões. As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(q) Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

reconhecidos pelo regime de competência. Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo). Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, consequentemente assim para o Órgão, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(r) Ativos e Passivos Contingentes. Os Ativos e Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(s) Apuração do resultado. No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(s.1) Resultado patrimonial. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(s.2) Resultado orçamentário. O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit / déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

(s.3) Resultado financeiro. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Instituto, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Salienta-se que esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua avaliação permite, também, a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A seguir, serão detalhados os principais itens dos Demonstrativos Contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE – BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial é a Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os Ativos e Passivos são conceituados e segregados em Circulante e Não Circulante. No Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, parte V, 7 ed. 2017).

Do total do Ativo, 75,42% concentra-se no Ativo Não Circulante, onde o imobilizado tem a maior representatividade. No 1º trimestre de 2023, o Órgão apresentou um decréscimo de 1,98% do seu Ativo Total em relação ao final do 4º trimestre de 2022. Esta diminuição foi mais representativa no grupo Ativo Circulante, no Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo:

Tabela: Composição do Ativo:

COMPOSIÇÃO ATIVO	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	87.186.074,46	93.447.853,27	24,58	-6,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	267.462.671,08	268.356.043,49	75,42	-0,33
TOTAL DO ATIVO	354.648.745,54	361.803.896,76	100	-1,98

Fonte: Siafi 2023,2022.

4.1 - Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- (a) disponibilidade para realização imediata ou
- (b) possui expectativa de realização até doze meses da data da demonstração contábil.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Ativo Circulante:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO ATIVO CIRCULANTE	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.544.564,29	26.129.978,46	20,12	-32,86
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	65.034.821,64	63.378.592,62	74,59	2,61
ESTOQUES	4.606.688,53	3.939.282,19	5,28	16,94
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	87.186.074,46	93.447.853,27	100,00	-6,70

Fonte: Siafi 2023 2022.

4.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”. Como foi citado anteriormente, no IF Baiano contemplam-se apenas “Moeda Nacional”.

No primeiro trimestre de 2023, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” tem representatividade de 20,12% do total do Ativo Circulante. Nota-se uma redução de 32,86% em relação a dezembro do ano anterior. Essa redução decorre da disponibilidade financeira no final do exercício anterior ter sido utilizada para pagamentos de obrigações no primeiro trimestre do ano corrente.

Já no subgrupo Créditos e Valores a Curto Prazo, cuja a representatividade corresponde a 74,59% do total do Ativo Circulante, em 31 de março de 2023, observa-se um aumento de 2,61% em relação a dezembro de 2022. Esse aumento decorre principalmente de adiantamento de 13º salário e férias.

Ressalta-se também, o aumento de 16,94% no grupo Estoques, devido a aquisições realizadas para execução das atividades de funcionamento da Reitoria e Campus. Vale destacar que grande parte das compras de estoques foram realizadas principalmente da empresa de BRS SP Suprimentos Corporativos Ltda., tendo como objeto do contrato a prestação de serviços continuados de gerenciamento de meios logísticos – almoxarifado virtual.

4.2 - Ativo Não Circulante

Compreendem os ativos que têm expectativa de realização após 12 (doze) meses da data das Demonstrações Contábeis.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Não Circulante:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: Composição Ativo Não Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO NÃO CIRCULANTE	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
IMOBILIZADO	266.405.876,54	267.299.248,95	99,60	-0,33
INTAGÍVEIS	1.056.794,54	1.056.794,54	0,40	0,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	267.462.671,08	268.356.043,49	100	-0,33

Fonte: Siafi 2023, 2022.

O Ativo Não Circulante é composto em 99,60% do item “Imobilizado”, correspondente a R\$ 266,4 milhões.

Houve uma redução aproximada de 0,33% do total do Ativo Não Circulante em relação ao fechamento do ano anterior, decorrentes da apropriação da depreciação.

4.2.1- Ativo Imobilizado

O imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis do IF Baiano. Os bens são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

4.2.1.1– Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26404 possuíam saldo líquido no primeiro trimestre de 2023 de R\$ 35,9 milhões em diversas contas de Bens Móveis, conforme tabela a seguir:

Tabela: Bens Móveis – Composição:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO BEN MÓVEIS	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	28.429.000,83	28.047.384,11	28,40	1,36
BENS DE INFORMATICA	21.712.238,28	21.377.105,72	21,69	1,57
MOVEIS E UTENSILIOS	23.521.385,88	23.344.799,35	23,50	0,76
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	7.457.251,89	7.195.113,44	7,45	3,64
VEICULOS	17.505.571,15	17.492.507,65	17,49	0,07
SEMOVENTES	408.305,12	621.097,93	0,41	-34,26
DEMAIS BENS MOVEIS	1.069.100,17	1.012.226,27	1,07	5,62
TOTAL BENS MÓVEIS	100.102.853,32	99.090.234,47	100,00	1,02
DEPRECIACÃO (-)	64.135.629,29	61.926.890,26	---	3,57
TOTAL LÍQUIDO BENS MÓVEIS	35.967.224,03	37.163.344,21	---	-3,22

Fonte: Siafi 2023, 2022.

Nota-se uma diminuição do saldo líquido de Bens Móveis de 3,22% no primeiro trimestre do ano corrente em relação ao dezembro de 2022. Essa redução é justificada principalmente pela apropriação da depreciação do período e a baixa de semoventes realizadas na unidade de Catu, conforme 23329.252465.2022-61.

Apesar da redução do saldo líquido, é válido destacar o aumento nos subgrupos Material cultural, educacional e de comunicação (3,64%), decorrentes de doações recebidas e de aquisições, cujos objetivos são: a estruturação para o funcionamento dos Campi e atualização tecnológica.

Esse desinvestimento é ocasionado pela diferença proporcional entre o aumento da depreciação e o aumento total dos bens permanentes, onde é justificado pelos investimentos entregues em exercícios anteriores, pela diminuição do plano de expansão da rede federal de ensino e pelas reduções orçamentárias referentes a despesas de capital.

Ainda, é válido informar que os inventários anuais não foram concluídos no exercício anterior, o que poderá ocasionar divergências nos valores apresentados no quadro acima.

Os mais representativos são Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios.

A apuração mensal da depreciação é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

4.2.2.2– Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da IF Baiano em 31 de março de 2023, totalizavam um saldo líquido R\$ 230,43 milhões e estavam distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela: Bens Imóveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS IMÓVEIS	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	149.924.992,82	149.924.992,82	64,93	0,00
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	--	--	--	--
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	79.273.919,01	79.158.528,38	34,33	0,15
INSTALACOES	1.704.874,75	1.513.273,54	0,74	12,66
TOTAL BENS IMÓVEIS	230.903.786,58	230.596.794,74	100,00	0,13
DEPRECIACAO (-)	465.134,07	460.890,00	--	0,92
TOTAL LÍQUIDO BENS IMÓVEIS	230.438.652,51	230.135.904,74	--	0,13

Fonte: Siafi 2023, 2022.

Em síntese, os Bens de Uso Especial, mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário são constituídos de Imóveis: Edifícios, Terrenos/Glebas, Imóveis de Uso Educacional, Fazendas, Parques e Reservas, entre outros.

Os bens imóveis em andamento compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos, etc.), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.

A próxima tabela visa apresentar a composição do subgrupo Obras em Andamento:

Tabela: Obras em Andamento - Composição por Unidade Gestora:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO OBRAS EM ANDAMENTO	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
VALENÇA	0,00	0,00	0,00	---
ITAPETINGA	5.490.719,54	5.490.719,54	6,93	---
TEIXEIRA DE FREITAS	3.231.737,26	3.116.346,63	4,08	3,70
URUÇUCA	0,00	0,00	0,00	---
SANTA INES	4.584.373,31	4.584.373,31	5,78	---
SENHOR DO BONFIM	8.347.070,47	8.347.070,47	10,53	---
GUANAMBI	7.321.339,76	7.321.339,76	9,24	---
BOM JESUS DA LAPA	170.937,47	170.937,47	0,22	---
CATU	0,00	0,00	0,00	---
SERRINHA	14.541.062,76	14.541.062,76	18,34	---
ITABERABA	8.732.381,12	8.732.381,12	11,02	---
XIQUE-XIQUE	8.174.020,41	8.174.020,41	10,31	---
ALAGOINHAS	15.395.429,76	15.395.429,76	19,42	---
REITORIA	3.284.847,15	3.284.847,15	4,14	---
TOTAL OBRAS EM ANDAMENTO	79.273.919,01	79.158.528,38	100,00	0,15

Fonte: Siafi 2023, 2022.

Houve uma variação positiva de 0,15% na conta Bens Imóveis em Andamento no fechamento do primeiro trimestre de 2023 em relação a abertura do ano corrente, oriundas:

-da execução do projeto de construção das salas de coordenação de assistência estudantil.

As obras em andamentos estão individualizadas e relacionadas no seguinte endereço eletrônico:: <https://ifbaiano.edu.br/portal/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas/>

É válido salientar que após a conclusão das obras, os registros na conta de Bens Imóveis em Andamento deverão ser reclassificados. Para isso, a Coordenação de Contabilidade já solicitou aos setores competente a documentação necessária para as devidas reclassificações.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Patrimônio da União (STN/SPU) nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e sobre requisitos gerais para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

mensuração, para atualização, para reavaliação e para depreciação dos Bens Imóveis da União, das Autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet do IF Baiano vem sendo realizado regularmente.

4.2.3 – Ativos Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Órgão IF Baiano, apesar de ter Ativos Intangíveis produzidos internamente, devido impossibilidade de sua mensuração, não pode ativá-los. Assim, esses ativos gerados internamente foram reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva em que foram incorridos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para o primeiro trimestre do exercício de 2023 comparado ao último trimestre do ano anterior.

Tabela: Ativos Intangíveis – Composição:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO BENS INTANGÍVEIS	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	1.056.674,54	1.056.674,54
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	--	--
MARCAS/DIREITOS/PATENTES VIDA UTIL INDEFINIDA	120,00	120,00
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	1.056.794,54	1.056.794,54

Fonte: Siafi 2023, 2022.

Observa-se que o subgrupo dos softwares com vida útil indefinida representa 99,98% do total dos intangíveis. Ainda é válido salientar que a Reitoria possui maior representatividade dentre as demais Unidades Gestoras em relação ao grupo de Intangíveis com 86,89%.

A apuração mensal da amortização é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

4.3 – Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os Ativos e os Passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como Patrimônio Líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o Patrimônio Líquido: o patrimônio ou capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as demais reservas, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Do total do Passivo e Patrimônio Líquido, 12,93% concentravam-se no Exigível a Curto Prazo. Já as Obrigações a Longo prazo não apresentam registros.

Já o grupo Patrimônio Líquido representam 87,07%, do total do Passivo e Patrimônio Líquido, tendo o item mais representativo é o Superavit de Exercícios Anteriores.

Tabela: Passivo e Patrimônio Líquido – Composição:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	45.847.400,26	52.807.009,82	12,93	-13,18
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	--	--	--	--
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	308.801.345,28	308.996.886,94	87,07	-0,06
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	354.648.745,54	361.803.896,76	100,00	-1,98

Fonte: Siafi 2023, 2022.

4.3.1 – Passivo Circulante

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das Demonstrações Contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Passivo Circulante:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO PASSIVO CIRCULANTE	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVID. E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO	13.837.699,39	20.858.544,80	30,18	-33,66
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.634.450,13	1.390.369,19	3,56	17,56
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	599,72	599,72	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.374.651,02	30.557.496,11	66,25	-0,60
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	45.847.400,26	52.807.009,82	100,00	-13,18

Fonte: Siafi 2022, 2021.

No primeiro trimestre de 2023, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, apresentou um saldo aproximado de R\$ 465,84 milhões no seu Passivo Circulante, sendo as mais representativas as “Demais Obrigações a Curto Prazo” (66,25%) e as “Obrigações Trabalhistas, Previdências e Assist. a Pagar” (30,18%).

No grupo “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” nota-se um aumento nos saldos de aproximadamente de 17,56% em 31 de março de 2023 em comparação fechamento do exercício do ano anterior. Esse aumento é justificado pela execução dos Restos a Pagar, bem como pela execução do orçamento do ano corrente referente às atividades de funcionamento.

Na próxima tabela, está demonstrada a composição por Unidade Gestora contratante com os respectivos valores de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31 de março do ano corrente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição:

COMPOSIÇÃO FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG	MARÇO 2023	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	56.022,03	3,43
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	40.909,10	2,50
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	56.150,82	3,44
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	111.323,97	6,81
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	117.391,41	7,18
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	111.001,75	6,79
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	152.790,05	9,35
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	39.684,55	2,43
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	21.248,14	1,30
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	53.023,75	3,24
INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	154.472,15	9,45
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	227.641,68	13,93
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	208.874,92	12,78
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	202.862,34	12,41
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	81.053,47	4,96
TOTAL FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	1.634.450,13	100,00

Fonte: Siafi 2023

Constata-se que as Unidades Gestoras de Santa Inês, Senhor do Bonfim e Guanambi correspondem a 39,12% do total dos Fornecedores e Contas a Pagar.

Nas tabelas e gráficos apresentados a seguir, estarão relacionados os 5 (cinco) fornecedores com os valores mais significativos ao final do primeiro trimestre de 2023, representando 31,55% dos contratados pelas unidades vinculadas do Órgão.

A Tabela abaixo apresenta os cinco maiores fornecedores a curto prazo e seus valores a serem pagos a curto prazo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

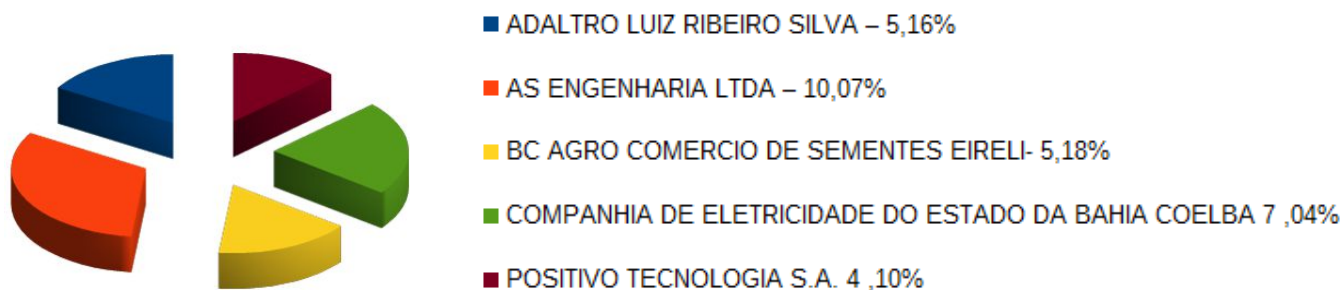
Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição por fornecedor:

FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	MARÇO 2023
ADALTRO LUIZ RIBEIRO SILVA	84.346,40
AS ENGENHARIA LTDA	164.550,29
BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI	84.734,06
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	114.996,21
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	66.978,31
TOTAL FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	515.605,27

Fonte: Tesouro Gerencial 2023.

O próximo gráfico apresenta a representatividade dos 5 (cinco) maiores fornecedores a curto prazo em relação as obrigações totais do Órgão.

Gráfico: – Composição das obrigações com fornecedores a curto prazo:



Fonte: Tesouro Gerencial 2023.

É oportuno informar que os cinco maiores fornecedores registrados no passivo deste Órgão, correspondem a 31,55% do total das obrigações a curto prazo do total de aproximado de R\$ 1,63 milhão.

A seguir descrevemos o resumo do objeto destes cinco fornecedores mais significativos:

- **ADALTRO LUIZ RIBEIRO SILVA** – Obrigações realizadas pela Unidade Gestora de Senhor do Bonfim, referente aquisição de material de consumo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

- **AS ENGENHARIA LTDA** - Obrigações realizadas pela Unidade Gestora da Reitoria (R\$95.375,24) e Catu (R\$69.175,05), referente contratação de empresa especializada na em manutenção predial, com fornecimento de peça, equipamentos e materiais.
- **BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI** – Obrigações realizadas pela Unidade Gestora de Governador Mangabeira, referente Aquisição de estufa.
- **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA** – Obrigações realizadas pela Unidade Gestora de Teixeira de Freitas (R\$27.148,95), Guanambi (R\$55.495,45), Serrinha (R\$17.693,05), Xique-Xique (R\$1.685,86) e Alagoinhas (R\$12.972,90) referente a fornecimento de energia elétrica.
- **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.** – Obrigações realizadas pela Unidade Gestora de Santa Inês, referente a aquisição de equipamentos de informática.

4.3.2 – Patrimônio Líquido

O saldo apresentado no grupo Demais Reservas referem-se a reavaliação de bens móveis na Unidade Gestora de Guanambi.

Já os Resultados de Exercício Anteriores, item mais relevante do Grupo de Resultados Acumulados, referem-se a ajustes dos exercícios anteriores lançados pela Contabilidade do STN

5 – ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais compreendem contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle. Assim os Potenciais Passivos registrarão os atos e fatos que possam vir a aumentar o Passivo ou diminuir o Ativo da entidade governamental.

As obrigações contratuais do IF Baiano apresentaram um aumento de 38,61% em relação a abertura do ano corrente. Esse aumento decorre, da liberação orçamentária e das obrigações registradas no SIAFI para execução das atividades nas unidades no exercício corrente.

A tabela abaixo retrata as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	MARÇO 2023	DEZEMBRO 2022	AV%	AH%
Fornecimento de Bens	4.136.080,83	2.073.062,91	11,58	99,52
Seguros	64.127,46	58.959,02	0,18	8,77
Serviços	31.519.085,59	23.637.825,47	88,24	33,34
TOTAL OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	35.719.293,88	25.769.847,40	100,00	38,61

Fonte: Tesouro Gerencial 2023 e 2022.

No encerramento do primeiro trimestre do exercício financeiro corrente, nota-se que as obrigações contratuais do Órgão são de R\$ 35,71 milhões, tendo maior representatividade aquelas relacionadas a fornecimentos de serviços, com 88,24%.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR UNIDADE GESTORA	MARÇO 2023	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	1.596.916,05	4,47
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	537.069,32	1,504
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	1.864.983,56	5,22
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	1.014.643,48	2,84
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	2.098.338,55	5,87
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	597.580,55	1,67
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	711.794,31	1,99
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	2.149.939,41	6,02
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	1.112.293,71	3,11
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	1.500.377,46	4,20
INST FED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	4.006.772,17	11,22
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	2.034.734,00	5,70
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	1.353.215,80	3,79
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	3.442.678,41	9,64
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	11.697.957,10	32,75
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	35.719.293,88	100,00

Fonte: Tesouro gerencial 2023.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 5 (cinco) contratos mais significativos relativos ao primeiro trimestre de 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Obrigações Contratuais - Por Contratado:

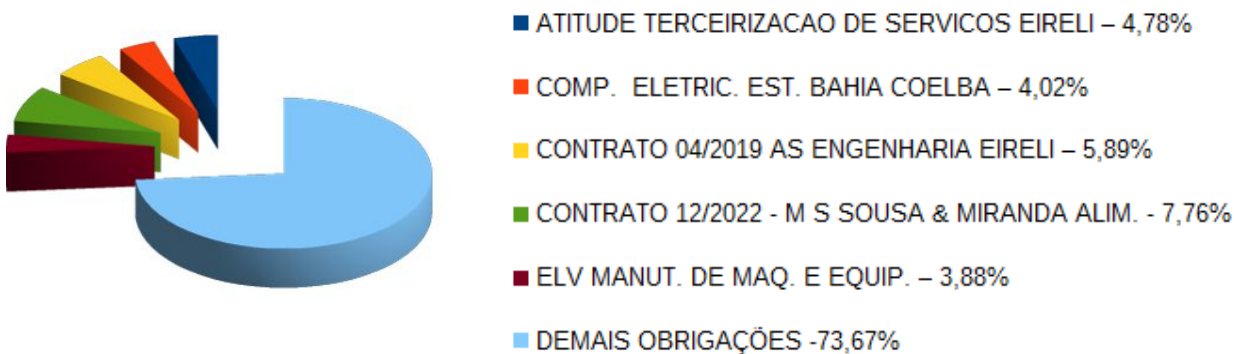
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	MARÇO 2023	AV%
ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELI	1.706.173,34	4,78
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA	1.437.584,66	4,02
CONTRATO 04/2019 AS ENGENHARIA EIRELI	2.104.295,05	5,89
CONTRATO 12/2022 - M S SOUSA & MIRANDA ALIM.	2.770.488,30	7,76
ELV MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIR	1.387.412,36	3,88
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	9.405.953,71	26,33

Fonte: Tesouro gerencial 2023.

É relevante informar que os cinco maiores contratos findado o primeiro trimestre do ano corrente, representam 26,33% do total das obrigações contratuais do Órgão, totalizando R\$ 9,40 milhões.

O próximo gráfico apresenta a representatividade dos 5 (cinco) maiores contratos em relação ao total dos atos potenciais passivos do Órgão.

Gráfico: – Composição Contratos:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Fonte: Tesouro gerencial 2023.

6- AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes”.

Ela apresentou no primeiro trimestre de 2023 um saldo devedor de R\$ 30.907,31, sendo o mais representativo reconhecimento de dívidas lançadas na unidade de Uruçuca e Reitoria.

7 – NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.1 – Receitas

No primeiro trimestre de 2022 as receitas realizadas, montaram a quantia aproximada de R\$ 155,8 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 302,1 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$ 301,94 milhões.

Essa disparidade pode ser justificada pelas Receitas Realizadas conterem valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo Órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e porque os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “Órgão/UG”. Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), são suficientes para atender às despesas empenhadas no exercício.

A tabela abaixo demonstra a Receita arrecadada por categoria econômica:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Tabela: – Composição Receitas por categoria econômica:

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS CORRENTES	567.553,00	155.873,65	27,46
RECEITAS DE CAPITAL	---	---	---
TOTAL	567.553,00	155.873,65	27,46

Fonte: SIAFI 2023.

Conforme tabela referenciada, houve a realização de 27,46% do total previsto. A baixa realização decorre, principalmente pelo início das atividades escolares.

Ainda, em relação as receitas arrecadadas, as receitas agropecuárias são as mais relevantes, representando 78,46% do total daquelas.

Nota-se no quadro acima que houve apenas a realização de Receitas Correntes.

Tabela: – Composição Receitas Correntes:

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	487.769,00	122.299,75	25,07
RECEITAS PATRIMONIAIS	53.396,00	20.248,06	37,92
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.456,00	195,00	13,39
RECEITAS DE SERVIÇOS	17.836,00	10.890,00	61,06
OUTRAS RECEITAS	7.096,00	2.240,84	31,58
TOTAL	567.553,00	155.873,65	27,46

Fonte: SIAFI 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

7.2 – Despesas

É válido salientar que já foram empenhados até 31 de março do ano corrente, 80,69% da dotação atualizada, tendo as despesas correntes, as mais representativas, correspondendo a 81,02% do total das despesas.

A tabela abaixo demonstra as Despesas realizadas por categoria econômica:

Tabela: – Composição Despesas por categoria econômica:

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	372.822.372,00	302.047.967,37	81,02
DESPESAS DE CAPITAL	1.574.624,00	56.476,00	3,59
TOTAL	374.396.996,00	302.104.443,37	80,69

Fonte: SIAFI 2023.

A tabela abaixo apresenta a composição da Despesas Correntes, bem como sua representatividade (valores empenhados).

Tabela: – Composição Despesas Correntes:

DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %	AV%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	302.654.908,00	276.719.413,31	91,43	91,61
OUTRAS DESP. CORRENTES	70.167.464,00	25.328.554,06	36,10	8,39
TOTAL	372.822.372,00	302.047.967,37	81,02	100,00

Fonte: SIAFI 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A tabela acima, demonstra que as despesas com pessoal e encargos sociais são os mais relevantes, representando 91,61% dos totais empenhados.

Vale salientar que a disparidade da execução das despesas de pessoal e encargos em relação a outras despesas correntes, decorre principalmente pela liberação específica da disponibilidade orçamentária. Ficando aquela com menor variação de execução em detrimento a este grupo no decorrer do exercício.

7.3 – Restos a Pagar

Para elaboração das Nota Explicativa relativa à execução orçamentária dos restos a pagar, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), referente à execução das unidades vinculadas ao Órgão, com o orçamento oriundos do próprio Órgãos consignado na LOA, computando-se também os orçamentos (créditos orçamentários) recebidos de outros Órgãos para execução de determinados programas governamentais.

A inscrição dos recursos é feita pela STN nos primeiros dias de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a rotina de encerramento do exercício, referente à execução orçamentária do exercício imediatamente anterior, conjugada à reinscrição relativa a exercícios anteriores.

Em janeiro de 2023, foram inscritos na rubrica RPNP, despesas da ordem de R\$ 28,2 milhões considerando RPNP Reinscritos (11,93%) e os inscritos do exercício financeiro de 2022 (88,07%).

Cabe destacar que houve uma redução de 14,30% nas despesas inscritas na rubrica de RPNP, representando uma redução de R\$ 4,7 milhões em termos monetários.

Essa redução decorre principalmente da liberação orçamentária no final dos exercícios de 2022 e do planejamento para execução nos anos seguintes.

Assim, nota-se uma redução significativa da inscrição dos RPNP no exercício corrente (14,30%).

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro, isto é, não houve a conclusão da entrega dos bens e/ou a prestação dos serviços contratados.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

RPNP INSCRITO E REINSCRITO	2023	2022	AV%	AH%
RPNP INSCRITO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	24.906.141,79	28.186.898,56	88,07	-11,64
RPNP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.374.511,14	4.812.603,23	11,93	-29,88
TOTAL	28.280.652,93	32.999.501,79	100,00	-14,30

Fonte: SIAFI 2023 e 2022

A próxima tabela apresenta a composição dos RPNP não processados do IF Baiano por unidade gestora inscritos no início do exercício financeiro corrente.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO RPNP INSCRITO E REINSCRITO POR UG	2023	AV%
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	1.577.699,16	5,58
CAMPUS VALENCA	2.044.408,40	7,23
CAMPUS ITAPETINGA	764.063,00	2,70
CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	924.968,65	3,27
CAMPUS URUCUCA	2.296.853,12	8,12
CAMPUS GOV. MANGABEIRA	1.744.217,85	6,17
CAMPUS SERRINHA	2.207.300,07	7,80
CAMPUS ITABERABA	821.944,74	2,91
CAMPUS XIQUE-XIQUE	520.394,75	1,84
CAMPUS ALAGOINHAS	1.035.107,26	3,66
REITORIA	3.004.389,94	10,62
CAMPUS SANTA INES	4.425.847,45	15,65
CAMPUS SENHOR DO BONFIM	1.102.912,49	3,90
CAMPUS GUANAMBI	2.784.427,22	9,85
CAMPUS CATU	3.026.118,83	10,70
TOTAL	28.280.652,93	100,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Fonte: SIAFI 2023,2022.

Fica evidente, que as unidades de Santa Inês, da Reitoria, e Catu, representam 36,97% do total das despesas inscritas e reinscritas em Restos a Pagar na abertura do exercício corrente.

Encerrado o primeiro trimestre de 2023, após analisar a mesma rubrica, observa-se uma redução aproximada de 36,74% desde estoque. Na tabela seguinte é demonstrado como ocorreu esta execução.

Tabela: Execução RPNP 1º trimestre 2023:

EXECUÇÃO RPNP	2023
SALDO INICIAL JANEIRO/2023 (A)	28.280.652,93
RPNP PAGOS (B)	10.391.034,28
RPNP CANCELADOS (C)	314,65
SALDO FINAL RPNP EM 31/12/2020 = (A) - (B) - (C)	17.889.304,00

Fonte: SIAFI 2023.

É oportuno informar que o volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IF Baiano, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais do Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência dessas despesas.

De acordo com o Decreto 93.872/86 ratificado pelo Decreto 10.315/20, permanecem válidos, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referirem às despesas do Ministério da Saúde, e aqueles decorrentes de emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2020.

Vale salientar que a Coordenação de Contabilidade e a Diretoria Orçamentária do IF Baiano, reitera a suas unidades vinculadas, a solicitação para análise e baixa, com referência à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) em acórdãos que abordam o assunto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

8 - NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, serão apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas Notas Explicativas desse demonstrativo.

8.1- Variações Patrimoniais Aumentativas

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

Observa-se conforme a tabela abaixo, um leve aumento de 0,44% ao final do primeiro trimestre de 2023 comparado ao mesmo trimestre do ano de 2022. Esse aumento decorre principalmente da exploração de vendas de bens e serviços e das transferências e delegações recebidas.

Tabela: – Composição VPA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	MARÇO 2023	MARÇO 2022	AV%	AH%
EXPLORAÇÃO DE VENDA DE BENS SERVIÇOS E DIREITOS	154.611,85	90.813,88	0,15	70,25
VPA FINANCEIRAS	96,17	0,00	0,00	#DIV/0!
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	99.675.929,61	90.990.093,56	98,19	9,55
VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCRP.DE PASSIVOS	1.651.388,73	9.953.578,59	1,63	-83,41
OUTRAS VPAS	30.527,06	37.226,26	0,03	-18,00
TOTAL	101.512.553,42	101.071.712,29	100,00	0,44

Fonte: SIAFI 2023. 2022..

8.2- Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

O quadro abaixo apresenta a composição das VPDs do IF Baiano por categoria, após fechamento do primeiro trimestre do ano corrente.

Tabela: – Composição VPD

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	MARÇO 2023	MARÇO 2022	AV%	AH%
PESSOAL, ENCARGOS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	73.081.845,04	69.156.585,01	71,88	5,68
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO CAPITAL FIXO	13.794.892,33	12.557.637,63	13,57	9,85
VPD FINANCEIRAS	21.845,25	1.264,22	0,02	1.627,96
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	11.514.483,17	9.807.119,76	11,32	17,41
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS C/ ATIVOS E INCRP.DE PASSIVOS	1.587.988,89	1.601.832,23	1,56	-0,86
TRIBUTÁRIAS	24.686,63	19.068,83	0,02	29,46
OUTRAS VPDS	1.651.446,46	2.096.338,53	1,62	-21,22
TOTAL	101.677.187,77	95.239.846,21	100,00	6,76



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Fonte: SIAFI 2023,2022.

Nota-se um aumento VPDs em 6,76% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

9 - NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

A Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro – BF como sendo a Demonstração Contábil que evidência as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para início do exercício seguinte. (MCASP, 7º Ed. 2017).

9.1 Ingressos:

A tabela seguinte apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no primeiro trimestre de 2023, no âmbito do IF Baiano. Verifica-se uma variação positiva no total dos ingressos de 2,51%, justificada principalmente pelos recebimentos extraorçamentários, quando comparada no mesmo período do ano anterior.

Ainda, saldo do Exercício Anterior, composto pelo item Caixa e Equivalente de Caixa, demonstra uma redução de 4,14%.

Tabela: – Composição Ingressos:

COMPOSIÇÃO INGRESSOS	MARÇO 2023	MARÇO2022	AV%	AH%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	155.873,65	92.267,25	0,04	68,94
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	99.256.585,86	90.457.768,76	27,08	9,73
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	241.021.745,22	239.786.999,05	65,75	0,51
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	26.129.978,46	27.257.523,08	7,13	-4,14
TOTAL	366.564.183,19	357.594.558,14	100,00	2,51

Fonte: SIAFI 2023, 2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

9.2 Dispêndios:

No grupo de dispêndios, verifica-se que as despesas orçamentárias são os mais representativos do total dos dispêndios no primeiro trimestre do ano corrente.

Constata-se que houve um aumento nos valores relativos aos dispêndios realizados no primeiro trimestre de 2023 na ordem de 8,96 milhões, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento é justificada principalmente, pelo aumento nos grupos das despesas orçamentárias e das transferências financeiras concedidas.

Tabela: – Composição Dispêndios:

COMPOSIÇÃO DISPÊNDIOS	MARÇO 2023	MARÇO2022	AV%	AH%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	302.104.443,37	295.619.145,97	82,42	2,19
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11.229.682,55	9.474.750,27	3,06	18,52
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	35.685.492,98	35.045.182,99	9,74	1,83
SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE	17.544.564,29	17.455.478,91	4,79	0,51
TOTAL	366.564.183,19	357.594.558,14	100,00	2,51

Fonte: SIAFI 2023, 2022.

10 - NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de Caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção regular do financiamento dos serviços públicos. (MACSP, parte V, 7º Ed. 2017).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

10.1. Ingressos:

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do primeiro trimestre de 2023, a Geração Líquida de Caixa foi negativa em R\$ 8,58 milhões, apresentando um aumento negativo de 12,41% em comparação ao mesmo período de 2022, conforme tabela abaixo:

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa:

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	MARÇO 2023	MARÇO 2022	AH%
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	26.129.978,46	27.257.523,08	-4,14
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	17.544.564,29	17.455.478,91	0,51
GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-8.585.414,17	-9.802.044,17	-12,41

Fonte: SIAFI 2023, 2022

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para a redução do valor negativo líquido de caixa.

Verifica-se que as Atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida deficitária na Geração de Caixa, impactando na redução da Geração Líquida de Caixa, quando comparada ao mês de março do exercício anterior.

Vale destacar ainda o aumento de 12,77% do Fluxo de Caixa das Atividades Investimentos em março de 2023 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa por Atividade:

GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA – POR ATIVIDADES	MARÇO 2023	MARÇO 2022	AH%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-6.785.605,18	-8.205.976,58	-17,31
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	-1.799.808,99	-1.596.067,59	12,77
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	---	---	---
TOTAL	-8.585.414,17	-9.802.044,17	-12,41

Fonte: SIAFI 2023,2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Dos ingressos, o item que apresentou maior incidência foram as “Transferências Financeiras Recebidas”, com R\$ 99,2 milhões, compreendendo os recursos financeiros recebidos pelo IF Baiano do Ministério da Educação (MEC) e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

10.2. Desembolsos:

Dos desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Economia.

No primeiro trimestre de 2023, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias “Pessoal e Demais Despesas” totalizaram R\$ 84,07 milhões, correspondendo a 84,43% do total de desembolso, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$ 80,60 milhões, representando 95,87% do total das despesas orçamentárias “Pessoal e Demais Despesas.”

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Os ingressos de Investimentos, compreendem as receitas referentes à alienação de Ativos Não Circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Os desembolsos de Investimentos, compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos

Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos na ordem de R\$ 1,79 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem. Esses desembolsos correspondem em sua maioria para aquisição de Ativo Não Circulante.

Salvador, 28 de Abril de 2023

Eron Paz Rosado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Coordenação Geral de Contabilidade





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

ANEXOS: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º TRIMESTRE 2023